



Eixo 1: Estado, capital e políticas públicas no campo  
**OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE  
SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO**

Maya Manzi

Doutora em geografia (Clark University), mayamanzi@gmail.com

## RESUMO

Este artigo explora a formação de subjetividades no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no semiárido baiano. A presente discussão é decorrente dos resultados da minha pesquisa de doutorado sobre o envolvimento de movimentos sociais agrários na produção de matéria-prima para o agrodiesel. Os resultados sugerem que a formação de territórios do agrodiesel no semiárido baiano foi possível através da produção de subjetividades subalternas com atributos necessários para a (re)produção desse novo capital energético. Essas subjetividades foram forjadas através de um processo de (des)valorização de certos sujeitos, naturezas, culturas e espaços agrários. Sua formação implica em um processo de inclusão/exclusão legitimado por uma economia moral baseada no valor da fidelidade. A “infidelidade” atribuída aos agricultores que não se conformam ao modelo proposto revela-se como prática de resistência a um modo de produção hegemônico. Finalmente, a economia moral do agrodiesel no semiárido baiano tensiona questões de segurança e de soberania entre incluídos e excluídos e entre o local e o nacional. As novas subjetividades subalternas constituídas no âmbito do programa reproduzem, mas também confrontam, relações de dominação e de exploração historicamente sedimentadas. É em torno da complexidade desse “território moral” que se pretende refletir.

**Palavras-chave:** biodiesel, subjetividade, movimento social, território, geografia moral.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo examina as novas subjetividades agrárias constituídas no processo de formação de territórios<sup>1</sup> de agrodiesel no semiárido baiano, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O objetivo é mostrar como a produção simbólica de subjetividades subalternas sustentou a territorialização do agrodiesel e como a dimensão moral teve um papel fundamental neste processo. O artigo examina práticas simbólicas de (des)valorização de certos sujeitos, naturezas e espaços que levam à conformação de novas subjetividades agrárias no âmbito do PNPB. Verifica como a identidade do sujeito legitimador do programa – o agricultor familiar nordestino – é articulada com noções de “cultura” e “natureza” que aprofundam e

---

<sup>1</sup> A “formação de territórios” ou “territorialização” é entendida tanto em termos materiais quanto simbólicos, como processo de constituição do Estado (*state building*) mas também como resultado de disputas ou negociações entre vários grupos sociais para o controle da organização e do uso do espaço.

naturalizam a sua condição de subalterno. Essas representações criam fronteiras entre os incluídos e os excluídos deste novo mercado, delineadas por critérios econômicos e morais. Os resultados sugerem que estas subjetividades, calcadas na lógica empresarial neoliberal, reproduzem relações de dominação e exploração sustentadas por uma economia moral centrada no valor da *fidelidade*. A não subordinação moral dos camponeses “infiéis” revela, por outro lado, uma estratégia de resistência contra a tentativa do Estado, e das companhias envolvidas no programa, de controlar e disciplinar os agricultores familiares do semiárido baiano. Finalmente, as práticas simbólicas e as relações de subordinação e de resistência que acompanham a formação de territórios de agrodiesel ressaltam as tensões e os dilemas que existem entre os movimentos sociais agrários e o Estado brasileiro na luta pela segurança e pela soberania alimentar e energética.

Esta pesquisa se insere na literatura crítica que examina as geografias políticas do agrocombustível, particularmente no que diz respeito às configurações e contestações territoriais e identitárias que as acompanham (SILVA, 2008; FERNANDES et al., 2010). O artigo se inspira particularmente nos trabalhos que analisam o papel (re)produtivo de certas ordens e práticas morais na formação de sujeitos, naturezas e espaços agrários (ex. NEUMANN, 2004; WOLFORD, 2005). Finalmente, busca contribuir para a literatura sobre a luta pela terra na América Latina e a relação entre movimentos sociais e Estado nos conflitos territoriais agrários (OLIVEIRA, 2001; GERMANI, 2010). As discussões desenvolvidas neste artigo são decorrentes dos resultados da minha pesquisa de doutorado, realizada através de entrevistas (n=74) com agricultores e lideranças de movimentos sociais, representantes da Petrobrás e outros agentes do PNPB nos municípios de Irecê e Itaetê, e em Salvador, entre 2010 e 2012.<sup>2</sup>

## **2. OBJETIVOS, AGENTES E FUNCIONAMENTO DO PNPB**

O PNPB foi implementado em 2004, no contexto de uma crescente instabilidade e subida do preço do petróleo, que alcançou uma taxa de crescimento de 125% no preço médio de importação entre 2000 e 2006, e de uma alta dependência energética do Brasil,

---

<sup>2</sup> O escopo do presente artigo não permite desenvolver os argumentos com o devido nível de aprofundamento e com as vozes dos agricultores e representantes dos movimentos sociais mais presentes. Para isto, remeto à tese completa (MANZI, 2013).

com importações representando 47% da matriz energética nacional (ACCARINI, 2006). Apresentou-se como modelo alternativo de produção de agrocombustível capaz de responder às preocupações sociais e ambientais dos movimentos sociais e da comunidade internacional, tendo como principais objetivos: (1) promover a inclusão social do agricultor familiar através da geração de emprego e renda a partir do seu progressivo envolvimento na cadeia de produção do agrodiesel; (2) reduzir as disparidades regionais; (3) contribuir para a soberania energética nacional com a redução da dependência sobre a importação de petróleo; e (4) fortalecer um componente de energia renovável na matriz energética brasileira, reduzindo a emissão de poluentes e os problemas de saúde decorrentes dela. Ou seja, o PNPB prometia benefícios sociais, econômicos, ambientais, estratégicos e até geopolíticos (Ibid.).<sup>3</sup>

Para alcançar os objetivos de inclusão social e de redução da disparidade regional, o programa estabeleceu um sistema de redução ou isenção fiscal através de um “Selo Combustível Social” (SCS) concedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para as companhias que conseguissem: (1) estabelecer contratos com agricultores familiares (com termos de entrega e preço de venda pré-definidos) por meio de uma entidade representativa (ex. sindicato, associação, movimento social) e providenciar assistência técnica gratuita; (2) capacitar os agricultores familiares para a produção de oleaginosas compatíveis com a segurança alimentar e com as práticas locais, de modo a garantir a sua integração sustentável dentro da cadeia produtiva do agrodiesel; (3) adquirir uma proporção de matéria-prima dos agricultores familiares provenientes das regiões mais vulneráveis do Norte, Nordeste e semiárido; e (4) apenas adquiri-la dentro de áreas de zoneamento que receberam recomendações técnicas de instituições públicas competentes (MDA, 2011).

O Estado, enquanto principal agente no âmbito do PNPB, deveria atuar de forma direta ou indireta, em todas as fases da cadeia produtiva de agrodiesel, através de uma variedade de instituições representativas e parcerias. A nível federal, o principal agente era o MDA, que tinha o papel de estimular a produção de agrodiesel e promover a participação dos agricultores familiares. O MDA desenvolveu numerosas estratégias

---

<sup>3</sup> Em termos quantitativos, o programa visava obter 30% da produção de matéria-prima dos agricultores familiares e 70% do agronegócio; empregar 30.000 agricultores familiares na região do Nordeste e criar um total de 150.000 empregos diretos no país (BARTELÓ, 2004).

para fortalecer a produção de agrodiesel através da agricultura familiar por meio de créditos (ex. PRONAF), zoneamento, assistência técnica e extensão rural (ATER), e através dos benefícios fiscais para as indústrias produtoras de agrodiesel. Outro poderoso ator na cadeia produtiva do agrodiesel eram as empresas de produção, que totalizavam 56 unidades através do país até o fim de 2010, das quais 60% possuíam o SCS (MDA, 2011). Na Bahia, a Petrobrás tornou-se em 2009 a principal companhia de agrodiesel com SCS e teve um papel preponderante no desenvolvimento do programa, particularmente com a inauguração da usina de Candeias em 2008, a maior unidade da empresa, com capacidade de 217,2 milhões de litros/ano de agrodiesel.<sup>4</sup>

Para facilitar o acesso ao agricultor familiar e a relação com ele, o PNPB previa realizar contratos através de organizações representativas deste grupo social, tais como os movimentos sociais, as associações e os sindicatos. A ideia era operacionalizar a produção da matéria-prima através de cooperativas pertencentes a estas entidades ou criar novas, caso as entidades não as possuíssem. Estas cooperativas tinham o papel de mediadoras entre as companhias produtoras de agrodiesel e os agricultores familiares, fornecedores de matéria-prima. No âmbito do programa, o papel das cooperativas consistia em: estabelecer contato com os agricultores familiares para firmar os contratos de produção; fornecer sementes de oleaginosas certificadas e assistência técnica gratuita através de todo o período de produção; avaliar e relatar sobre a qualidade e a evolução da unidade familiar de produção em cada estágio; e comprar a produção de cada família contratada, no local mesmo da produção, com preços previamente negociados, com a garantia de serem maiores ou pelo menos iguais aos preços do mercado. Em contrapartida, os produtores familiares tinham o compromisso de vender toda a sua produção de oleaginosas para a cooperativa.

### **3. A INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR DO SEMIÁRIDO BAIANO**

O agricultor familiar do semiárido baiano constituiu-se como o produtor emblemático do programa nacional de agrodiesel, já que possuía todos os critérios que permitiam às grandes multinacionais envolvidas na produção do combustível obter o

---

<sup>4</sup> A Petrobrás criou a subsidiária “Petrobrás Biocombustível”, presente em todas as regiões do Brasil, com a missão de “atender à crescente demanda mundial por biodiesel e etanol, atuando com responsabilidade social e ambiental e apoiando a geração de emprego e renda no campo brasileiro” (PETROBRÁS, 2009, p. 6).

SCS e se beneficiarem do nível máximo de isenção fiscal. O sertanejo baiano se inseriu perfeitamente no discurso de responsabilidade corporativa social e ambiental forjado para promover o programa, por se adequar a quatro critérios principais: (1) ser agricultor familiar; (2) ser representante de um grupo social e de uma região historicamente excluída da produção industrial nacional; (3) ser envolvido na produção de oleaginosas que não competem com a produção de alimentos; e (4) ter adesão a um movimento social, associação ou sindicato que facilitaria a sua inclusão dentro da cadeia de agrodiesel através das suas cooperativas.

O conceito de “agricultura familiar” foi central para a promoção e legitimação do programa de agrodiesel. No âmbito institucional, o conceito foi formalizado através da Lei nº 11.326/2006, que a define como uma forma de autogestão, onde a própria família é ao mesmo tempo proprietária e gestora dos meios de produção, além de constituir também a sua principal mão de obra (BRASIL, 2006). Assim, ela se diferencia da forma patronal de agricultura, caracterizada pela separação entre gestão e trabalho, onde o “patrão”, proprietário da terra, utiliza trabalhadores contratados fixos ou temporários para realizar suas atividades econômicas.<sup>5</sup> A agricultura familiar tem uma presença marcante na região do Nordeste do Brasil, representando em torno de 50% do total de estabelecimentos deste tipo no país. A Bahia é o estado do Brasil que possui o maior número de agricultores familiares, com um total de aproximadamente 665 mil estabelecimentos. A região semiárida, que ocupa por volta de 70% do território baiano e representa cerca da metade da sua população, concentra grande parte deles (IBGE, 2006).

Além de representar o berço da agricultura familiar, a região do semiárido baiano também tem sido alvo do PNPB por ser uma região “subdesenvolvida” e historicamente excluída do processo de industrialização nacional. Portanto, a inclusão dessa região na cadeia produtiva do agrodiesel contribuiria para reduzir as disparidades regionais. Ela foi representada nos discursos do Estado como região com mão de obra “subutilizada” e terra “ociosa”. Segundo o argumento, a região, de modo geral, não possuía as condições ideais para o cultivo de alimentos devido às frequentes secas que prejudicam as safras. Estes discursos serviram de argumento tanto para a necessidade de

---

<sup>5</sup> A agricultura patronal foi predominante na história agrária brasileira e é considerada como uma das principais fontes de desigualdades sociais que ainda hoje estruturam o país.

desenvolver a região, quanto para amenizar a percepção de ameaças que a produção de agrodiesel representava para a segurança alimentar.

A divulgação do PNPB na Bahia também se fez através de uma grande campanha de promoção da mamona (*Ricinus communis L.*), uma oleaginosa que oferecia perspectivas muito promissoras para a produção de agrodiesel.<sup>6</sup> Como tal, ela tornou-se mais um símbolo da responsabilidade corporativa social e ambiental do PNPB. Sendo uma planta não comestível e resiliente ao clima inóspito do semiárido baiano, ela complementaria, em vez de competir com, a produção de alimentos. Trazida da África pelos escravos, a mamona tem sido cultivada na Bahia desde a época colonial. Apesar de ter sido comercializada há várias décadas para suprir a indústria ricinoquímica, o agricultor baiano, principal produtor nacional, continuou cultivando-a em sistemas agroecológicos tradicionais, em consórcio com outros alimentos como o feijão e o milho. Assim, sua integração na cadeia de agrodiesel respeitaria a cultura e as práticas locais, além de atender aos objetivos de sustentabilidade e de segurança alimentar.

A mamona no semiárido baiano tem tido uma função social importante para aliviar os efeitos devastadores das secas sobre as produções dos agricultores familiares. Seu papel de complementação de renda é particularmente importante nos assentamentos dos movimentos sociais que lutam pela terra, como o MST-BA (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Teto da Bahia). Para os agricultores e líderes deste movimento, a proposta de participar do PNPB e tornar-se parceiro da Petrobrás parecia trazer mais benefícios do que desvantagens, apesar dos dilemas e das tensões que isto criou dentro do movimento.

#### **4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS**

A análise de discursos de representantes do Estado e de companhias envolvidas no PNPB revelou uma representação do agricultor familiar como mão de obra “subutilizada”, “ociosa”, e “improdutiva”. A região do Sertão baiano da qual é associada sua identidade camponesa também foi representada de forma semelhante, como território “subutilizado”, “empobrecido” pelo clima, que o torna “pouco

---

<sup>6</sup> O óleo extraído da semente da mamona é considerado um dos mais nobres existentes no mercado mundial. Porém, o processo custoso necessário para transformá-la em agrodiesel não o tornou rentável.

produtivo”. A mamona, o produto emblemático dessa região, também possui características que têm sido historicamente associadas a quem a produz. Ela é comumente denominada a “planta dos pobres”, ainda ocorrendo de forma “selvagem”, cultivada de maneira “primitiva” e “desorganizada” com meios rudimentares, o que a torna “pouco rentável”. A desvalorização do agricultor familiar nordestino também operou-se através de comparações com a cultura do Sul do Brasil. Da mesma forma como o nordestino tem sido historicamente marginalizado em relação ao brasileiro do Sul, as dificuldades enfrentadas na implementação e operacionalização do PNPB foram frequentemente atribuídas à “cultura nordestina”, em contraposição à cultura agrária mais nobre, moderna e desenvolvida do Sul do Brasil.

Essas adjetivações depreciativas atribuídas, de forma intercambiável, a tudo o que representa o “camponês nordestino baiano” - seja enquanto sujeito, natureza, cultura ou região geográfica – contribuíram para perpetuar e naturalizar a sua condição de subalterno. Autores feministas e pós-coloniais como Haraway e Spivak têm discutido como a representação simbólica de certos sujeitos, através de oposições e equivalências, tem um papel fundamental na reprodução de relações de subordinação e dominação. Por exemplo, a identidade do camponês foi historicamente criada em oposição à identidade do cidadão. A díade rural/urbano ou campo/cidade é associada a outras dicotomias, como natureza/cultura, pobre/rico, selvagem/moderno, reprodutivo/produtivo, cuja comparação cria subjetividades hierarquizadas, sendo o lado esquerdo dessas oposições a subalterna e o lado direito, a dominante.

No caso do PNPB, essa desvalorização do agricultor familiar nordestino foi fundamental para justificar a necessidade de transformá-lo em um produtor “moderno”, “organizado” e “eficiente”. De maneira geral, os discursos de agentes do PNPB estavam impregnados de valores neoliberais que colocavam a produtividade e a competitividade acima de tudo. Até as cooperativas que atuavam de forma central na mediação entre o agricultor e as companhias de agrodiesel foram conceituadas ou ressignificadas em termos empresariais, distanciando-se cada vez mais dos seus princípios autogestionários. Assim, o PNPB produziu um discurso que contribuiu para a (re)produção de uma identidade camponesa nordestina associada à ideia de natureza, de atraso, de improdutividade, e posta em oposição a um novo modelo de agricultor familiar que incorporava o valor moral hegemônico de progresso e desenvolvimento que constituía o foco do projeto nacional naquele momento.

Um valor moral que tornou-se instrumento simbólico central para a constituição dessas novas subjetividades foi a fidelidade. Além da sua importância histórica dentro de diversas instituições societárias como a família, grupos religiosos e outras organizações sociais, ela opera hoje como parte integral do pacote valorativo que sustenta o capitalismo neoliberal. Devido à crescente competitividade e instabilidade do mercado, a fidelidade e exclusividade dos clientes e o “cumprimento dos contratos” são elementos fundamentais para as regras do jogo, embora normalmente em benefício dos setores hegemônicos. No caso do PNPB, o conceito de fidelidade tem sido atrelado aos princípios cooperativistas, segundo os quais os membros de uma cooperativa, por receberem tratamento especial da sua entidade (ex. preços melhores, serviços extras), devem, em retorno, realizar suas compras e/ou vendas prioritariamente dentro do âmbito da cooperativa. Assim, nos contratos estabelecidos entre as companhias de agrodiesel e as cooperativas de movimentos sociais, era pactuado que estas iriam comprar os produtos do agricultor familiar a um preço melhor ou igual ao do mercado. Em retorno, o agricultor devia mostrar fidelidade, cumprindo com a promessa de vender seus produtos (no caso, a mamona), exclusivamente para suas cooperativas e não para os atravessadores, com os quais ele tem comercializado historicamente.<sup>7</sup>

Porém, no decorrer da pesquisa, os preços do mercado ultrapassaram de maneira significativa os preços que tinham sido negociados previamente nos contratos com a Petrobrás e a companhia não cumpriu com a sua promessa de comprar os produtos do agricultor familiar a preço de mercado. Outros problemas, como o atraso do pagamento das vendas pela companhia, foram relatados pelos agricultores e pelos representantes das cooperativas. Consequentemente, o agricultor familiar se viu no direito de vender seus produtos para o atravessador que lhe oferecia melhores preços. Estes conflitos, contudo, foram relatados pelos agentes do PNPB como um problema de “infidelidade” dos agricultores para com suas cooperativas. A “falta de fidelidade” do camponês do semiárido baiano foi associada a outras características “culturais”, como o individualismo e a falta de compromisso. Estes atributos eram frequentemente colocados em contraposição às formas mais solidárias e desenvolvidas de organização do agricultor do Sul do país. Esta qualificação moral adquiriu um papel central no âmbito do PNPB, tornando-se parâmetro de inclusão social. Começou a traçar-se uma

---

<sup>7</sup> Muitos agricultores familiares se queixavam do poder de oligopólio de alguns atravessadores (comerciantes intermediários), que manipulavam os preços em seu interesse, forçando-os a vender seus produtos a preços irrisórios, por não terem outra alternativa.

diferenciação entre agricultores “fieis” e “infiéis” e práticas de exclusão se estabeleceram com base na fidelidade. Os agricultores que não vendiam seus produtos para suas cooperativas, no ano seguinte não eram mais admissíveis ao programa.

De modo geral, os agricultores que manifestaram mais fidelidade às suas cooperativas foram os afiliados ao MST e, dentre esses, os que mais eram comprometidos com o movimento. Inversamente, os agricultores que mais se confrontaram com as práticas injustas da Petrobrás, rompendo os contratos estabelecidos previamente com ela através das suas cooperativas, foram os não-afiliados ou menos engajados com o movimento. Os membros do MST que continuaram engajados no PNPB foram conduzidos a usar práticas agrícolas contrárias aos princípios do movimento. Por exemplo, o objetivo de integração das oleaginosas dentro do sistema agroecológico tradicional foi progressivamente substituído em favor de objetivos de produtividade e de competitividade mercadológicas típicos do agronegócio, sob o argumento da falta de rentabilidade da mamona. Isto obrigou os agricultores a instituir práticas de cultivo cada vez mais intensivas e mecanizadas, levando à progressiva priorização da monocultura.<sup>8</sup>

Em consequência, criou-se uma nova divisão entre os agricultores “incluídos” no programa e os novos excluídos, representados como sujeitos “imorais”. Além da dimensão moral, a exclusão de certos agricultores também teve uma forte dimensão de classe, já que os que não podiam se comprometer com a venda de safras suficientemente grandes, por falta de terra ou de recursos econômicos, também não eram admissíveis ao programa.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As novas subjetividades subalternas criadas no âmbito do PNPB jogaram um papel importante na formação de territórios de agrodiesel. Criou-se um novo sujeito subalterno que possuía os atributos necessários para integrar-se ao mercado neoliberal (fidelidade, produtividade, organização em cooperativas empresariais etc.). Este subalterno “incluído” era fundamental para o bom funcionamento do mercado, já que

---

<sup>8</sup> Por exemplo, os agricultores foram proibidos de usarem os “grãos” nativos, considerados “improdutivos” pelos agentes do PNPB, e obrigados a usarem sementes certificadas estéreis, geneticamente modificadas para permitir um cultivo mais intensivo.

cumpria os importantes papéis de provedor de matéria-prima barata, de legitimador do programa e de representante do “progresso” brasileiro. Criou-se também um sujeito subalterno “excluído”, classificado como moral e economicamente inapto para integrar o mercado, sendo ele representado com atributos como “improdutivo”, “desleal”, “desorganizado” etc. Este último também contribuiu para a sustentação do novo mercado de agrodiesel. Sendo excluído dele, constituiu-se como parte de um “exército de reserva de trabalho”, cuja existência permite a continuada exploração do camponês “semi-proletarizado”, que se submete às regras do jogo, mesmo sendo injustas, já que sempre haverá outros para substituí-lo caso ele não se conforme.<sup>9</sup> Jogou também um papel moral fundamental que ajudou a fortalecer o controle do Estado sobre o agricultor familiar nordestino e seu território. Ou seja, o PNPB produziu duas subjetividades subalternas dicotômicas (imoral/moral, improdutivo/produtivo, selvagem/domesticado etc.) que contribuíram para a manutenção de relações de dominação e de exploração do agricultor familiar por representantes do poder hegemônico.

Assim, a inclusão social deste sujeito dentro da cadeia de agrodiesel perpetua uma condição de subalternidade do camponês nada diferente daquela que ele cumpriu historicamente: a de fornecedor de matéria-prima barata que o mantém numa condição de dependência e permite a reprodução do capital em termos de relação “centro-periferia”. A inclusão social também serviu de legitimação ao programa do Estado e desviou a atenção dos movimentos sociais sobre o agronegócio, prejudicando seu importante papel contestatório. Os resultados também mostraram que o PNPB é mais um exemplo de “desenvolvimento sustentável” que serve fundamentalmente para a manutenção do *status quo*, favorecendo de maneira altamente desproporcional as grandes multinacionais, as regiões do Sul do país e o agronegócio da soja.

Em nome de uma soberania energética nacional, o agricultor familiar do semiárido baiano e os movimentos sociais que participaram do programa tiveram sua autonomia comprometida. Ao contrário do que se preconizava oficialmente no discurso do Estado, o PNPB não contribuiu para a valorização do agricultor familiar enquanto unidade autogestionária. Os contratos de comercialização da sua produção com a

---

<sup>9</sup> No Brasil, essa reserva de trabalhadores não-proletarizados tem sido historicamente ocupada pelos negros, ex-escravos libertos que foram excluídos do mercado formal, mas continuaram sobrevivendo e resistindo através da informalidade (OLIVEIRA, 2012).

Petrobrás restituíram relações fundiárias semelhantes às da agricultura patronal. Por outro lado, a inserção da Petrobrás no mercado da mamona rompeu, em certos casos, o oligopólio dos atravessadores da indústria ricinoquímica, abrindo novas possibilidades de negociações para os agricultores familiares da região. O programa pode ter conseguido oferecer ao agricultor ou ao movimento uma sensação de segurança a curto prazo. Contudo, os contratos firmados com as companhias, em vários casos, não se mostraram justos nem confiáveis. Além disso, o progressivo abandono dos princípios agroecológicos em prol de uma agricultura cada vez mais inserida na lógica do agronegócio ameaçam a segurança e a soberania alimentar, tanto no âmbito local quanto nacional, descumprindo os objetivos através dos quais o Estado legitimou a territorialização do agrodiesel.

A criação de novas subjetividades de agrodiesel baseadas numa economia moral neoliberal centrada no valor da fidelidade contribuiu para a produção de novas relações agrárias social e ambientalmente questionáveis. A relação entre a Petrobrás e os agricultores familiares via cooperativas reproduziu relações hierárquicas baseadas na exploração ou na exclusão social do camponês nordestino. Isto contribuiu para o aprofundamento e a naturalização da sua condição de subalterno e de marginalizado, além de criar novas divisões e desigualdades entre agricultores e movimentos sociais. A responsabilização do agricultor familiar nordestino pela sua condição de “subdesenvolvido” – seja ela em termos morais, culturais, ambientais ou geográficos – contribuem para velar o principal responsável por essa condição: a estrutura agrária profundamente desigual.

O envolvimento do MST na produção de agrodiesel não foi unânime dentro do movimento. Muitos assentamentos decidiram não fazer parceria com a Petrobrás ou outras companhias e continuaram se opondo e lutando contra a produção de agrocombustíveis. As contradições e as tensões que a participação do MST no PNPB criou dentro do movimento representam novas brechas para a emergência de reações e práticas contra-hegemônicas. Enquanto os camponeses “fieis” do MST adquiriram um valor mercadológico como mão de obra “consumida” para a acumulação do capital de agrodiesel, os “infiéis” constituíram-se como negatividade do agrodiesel. Este “Outro constitutivo” também representa uma “multiplicidade de devires” (GIBSON, 2001) potencialmente subversivos.

## REFERÊNCIAS

- ACCARINI, J. H. Biodiesel no Brasil: estágio atual e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 51-63, 2006.
- BARTELÓ, C. Inclusão é desafio do ProBiodiesel. **A Tarde**, Salvador, 26 dez. 2004.
- BRASIL. Lei nº11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 793-819, 2010.
- GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS, 2010, p. 269-304.
- GIBSON, K. Regional subjection and becoming. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 19, n. 16, p. 639-667, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.
- MANZI, M. **Agrarian Social Movements and the Making of Agrodiesel Moral Territories in Northeast Brazil**. 2013. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia)—Clark University, Worcester, 2012.
- MBA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <<http://www.ubrabo.com.br/sites/1700/1729/00000503.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.
- NEUMANN, R. P. Moral and discursive geographies in the war for biodiversity in Africa. **Political Geography**, v. 23, n. 7, p. 813-837, 2004.
- OLIVEIRA, F. de. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. **Revista Piauí**, São Paulo, ed. 73, out. 2012.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set-dez. 2001.
- PETROBRÁS. **Biocombustíveis**. Salvador, jul. 2009. 8 p. (folder).
- SILVA, M. A. M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, 2008.
- WOLFORD, W. Agrarian moral economies and neoliberalism in Brazil: competing worldviews and the state in the struggle for land. **Environment and Planning A**, v. 37, n. 2, p. 241-261, 2005.